

DESPACHO N.º 41 / 2023

(elaborado com base no disposto no n.º3, do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)

Considerando a realização, nos próximos dias 7, 8 e 9 de julho de 2023, do 26º Nazaré Cup Beach, evento organizado pelo Nazaré Dom Fuas Andebol Clube, que pretende obter colaboração da Câmara Municipal da Nazaré.

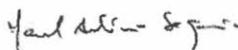
Considerando que a data de realização do evento não se compadece com a realização da próxima reunião do Executivo camarário.

Atendendo aos procedimentos e prazos legais a cumprir pelo requerente após autorização camarária, e não sendo possível reunir extraordinariamente o mesmo Órgão, ao abrigo do n.º3, do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovo a presente minuta de protocolo de colaboração para o 26º Nazaré Cup Beach, a celebrar com o Nazaré Dom Fuas Andebol Clube e a Nazaré Qualifica, Empresa Municipal, Unipessoal, Lda.

À próxima reunião de Câmara para ratificação.

Nazaré, 6 de julho de 2023

O Presidente da Câmara Municipal



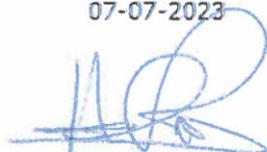
Manuel António Sequeira

Vice-Presidente da Câmara Municipal da Nazaré

À Dra. Paula Veloso
Para inserir na "ordem do dia" da próxima reunião
da Câmara Municipal, conforme Despacho do Sr.

Presidente.

07-07-2023



Helena Pola

Chefe da Divisão Administrativa e Financeira



MINUTA DO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

Considerando que o "Nazaré Cup Beach" é um Torneio de Andebol de Praia que se realiza há mais de duas décadas, onde participam equipas de âmbito nacional e internacional, nos escalões de Seniores, Sub-18 e Sub-16, nas categorias de masculinos e femininos;

Considerando que vai decorrer a 26ª edição dessa prova, de 7 a 9 de julho de 2023, no Estádio do Viveiro "Jordan Santos" e seus campos anexos;

Considerando que o "Nazaré Cup Beach" é uma das mais antigas provas de Andebol de Praia realizadas em Portugal, assumindo um impacto desportivo muito importante;

Considerando que a organização prevê a participação de cerca de 50 (cinquenta) equipas, algumas delas internacionais, perfazendo um total de 750 participantes, entre jovens atletas, treinadores e dirigentes;

Considerando, nesse sentido, que este evento tem sido, não só um meio de divulgação e de inserção do Andebol de Praia na cultura da Nazaré, como um polo dinamizador e de animação turística para esta região;

Considerando que acolher uma competição desportiva desta natureza constitui uma excelente oportunidade para a promoção da nossa vila e concelho, sua cultura e património, junto dos milhares de pessoas com interesse no evento, designadamente atletas, comitivas, familiares, adeptos da modalidade, comunicação social e todos os visitantes que escolherem a Nazaré neste período;

Considerando ser competência camarária o apoio à realização de eventos de interesse municipal - eventos onde a animação predomina e a cultura dos locais é sempre dada a conhecer, merecendo boa divulgação;

Considerando, ainda, o Regulamento de Apoio às Associações Desportivas do Concelho da Nazaré, que prevê o apoio a atividades de caráter pontual, e os critérios de atribuição de subsídio nele inseridos;

Atendendo ao disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando, finalmente, o artigo 31.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na redação vigente, que preceitua que a gestão das empresas locais deve articular-se com os objetivos prosseguidos pelas entidades públicas participantes, visando a satisfação das necessidades de interesse geral ou a promoção do desenvolvimento local e regional;

Entre:

O **Município da Nazaré** (MN), pessoa coletiva n.º 507 012 100, com sede na Avenida Vieira Guimarães, n.º 54, 2450-951 Nazaré, através do seu órgão executivo, Câmara Municipal da Nazaré, representado pelo Presidente, Walter Manuel Cavaleiro Chicharro, nos termos do disposto



MUNICÍPIO DA NAZARÉ
Câmara Municipal



na alínea a) do n.º 1 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, como Primeiro Outorgante;

e

O **Nazaré Dom Fuas Andebol Clube** (NDFAC), pessoa coletiva n.º 507 034 597, com sede no Pavilhão Gimnodesportivo da Nazaré, 2450-182 Nazaré, neste ato representada pelo Presidente da Direção, João Manuel Silvério Chicharro, como Segundo Outorgante;

e

A **Nazaré Qualifica, E.M., Unipessoal, Lda.** (NQ), pessoa coletiva n.º 507 571 053, com sede na Estrada da Praia do Norte, 2450 Nazaré, através do Conselho de Gerência, representado pelo seu Vogal, João Paulo Quinzico da Graça, como Terceiro Outorgante;

É celebrado o presente Protocolo de Colaboração, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

O presente protocolo visa estabelecer as bases de colaboração entre os outorgantes, com vista à realização do 26º Nazaré Cup Beach 2023, adiante designado pela sigla NCB, a realizar-se entre os dias 7 e 9 de julho de 2023, estabelecendo as obrigações que cada parte assumirá, não só na organização do evento, como durante e após a sua execução.

Cláusula Segunda

1. Ao Município da Nazaré (MN) compete:

A. Promoção do Evento

- a) Imprimir 20 (vinte) cartazes A3 e 20 (vinte) cartazes A4 do NCB;
- b) Caso haja disponibilidade e o espaço temporal permita a exequibilidade da publicitação, disponibilizar 3 (três) espaços publicitários - mupis, para a divulgação e promoção do evento;
- c) Divulgar a realizar do evento desportivo em questão nas suas redes sociais;
- d) Ceder 1 (um) sistema de som com 2 (duas) colunas e 1 (um) microfone (com ou sem fios) - para ser colocado numa zona, de forma a funcionar para os 2 (dois) campos montados no interior do Estádio do Viveiro "Jordan Santos".

B. Instalações

- a) Ceder ao NDFAC, o Estádio do Viveiro "Jordan Santos" e os campos de andebol de praia anexos, bem como os materiais inerentes à montagem de 4 (quatro) campos - balizas e linhas, durante os dias de realização do NCB, com horário a definir pelo NDFAC; no entanto, a utilização dos campos exteriores está sujeita aos constrangimentos inerentes ao desenrolar das atividades de caráter regular, por parte



MUNICÍPIO DA NAZARÉ
Câmara Municipal



das associações desportivas do concelho da Nazaré que desenvolvem a modalidade de futebol de praia.

C. Recursos Humanos

- a) Garantir, pelo menos, 1 (uma) assistente operacional para executar a limpeza dos espaços utilizados no Estádio do Viveiro "Jordan Santos" e nos campos de andebol de praia anexos;
- b) Ceder os assistentes operacionais necessários para garantir o apoio logístico antes, durante e após o NCB, apenas das responsabilidades assumidas pelo Município da Nazaré (exemplo: a montagem das linhas dos campos poderá ser uma das responsabilidades do Nazaré Dom Fuas Andebol Clube).

D. Equipamento Informático

- a) Ceder, durante os dias do evento, 1 (um) computador portátil;
- b) Ceder, durante os dias do evento, 1 (uma) impressora multifunções, com capacidade de tirar grandes quantidades de fotocópias num curto espaço de tempo;
- c) Ceder, durante os dias do evento, o acesso à rede *wifi* (internet), instalada no Estádio do Viveiro "Jordan Santos" e nos campos anexos.

E. Licenças e Autorizações

- a) Dispensar a exigência das licenças que são da sua responsabilidade emitir, nos seguintes termos:
 - i. Assegurar a emissão de certidão que comprove a dispensa de licença de recinto improvisado, atendendo ao facto de se tratar de uma instalação desportiva municipal;
 - ii. Assegurar a emissão de certidão equivalente à Licença Especial de Ruído;
 - iii. Assegurar a emissão de certidão equivalente à Licença de Publicidade, numa instalação desportiva municipal;
 - iv. A(s) certidão(ões) referida(s) nas subalíneas anteriores serão emitidas pela Divisão Administrativa e Financeira da autarquia.

2. O Município da Nazaré, além do apoio logístico mencionado no número anterior, apoiará financeiramente o evento, num valor total máximo de 1.750,00€ (mil setecentos e cinquenta euros), através de um subsídio financeiro ao Nazaré Dom Fuas Andebol Clube, para fazer face às necessidades logísticas do evento; contudo, o pagamento por parte da autarquia estará sempre dependente da apresentação da faturação das despesas do evento - por cada fatura entregue pagar-se-á o correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) da mesma, caso não exceda o montante máximo calculado a ser atribuído, tendo como base os critérios de atribuição de subsídios para atividades de carácter pontual, em vigor.



MUNICÍPIO DA NAZARÉ
Câmara Municipal



Cláusula Terceira

1. Ao Nazaré Dom Fuas Andebol Clube compete:
 - A. Além da organização, a assunção de todas as restantes responsabilidades (não assumidas pelo Município da Nazaré e pela Nazaré Qualifica, E. M. Unipessoal, Lda.) relacionadas com o 26º Nazaré Cup Beach;
 - B. Garantir a segurança do evento, o seguro de responsabilidade civil [que, conforme informação prestada, tem a seguinte identificação: Apólice do Seguro de Responsabilidade Civil do NDFAC - 206936933 (Allianz Portugal)] e as demais licenças necessárias à realização do evento desportivo em questão (não descritas na alínea E. Licenças e Autorizações, da cláusula segunda);
 - C. Ficar sob a responsabilidade, durante os dias do evento, de todo o material cedido pelo Município da Nazaré, até à sua devolução aos funcionários do Município;
 - D. Aplicar as medidas de autoproteção, desenvolvidas pela Câmara Municipal da Nazaré e aprovadas para o recinto desportivo em questão;
 - E. Respeitar o Regulamento de Segurança do Estádio do Viveiro "Jordan Santos";
 - F. Respeitar o Regulamento de Gestão das Instalações Desportivas Municipais da Nazaré;
 - G. Obter a licença referente à Norma 003/2023, de 10/05/2023 - "Preparação e Resposta em Eventos de Massas", junto da Direção Geral da Saúde;
 - H. Elaborar, aprovar e aplicar o Plano de Contingência do evento desportivo em questão;
 - I. Colaborar, dentro das disponibilidades da associação, com as atividades desenvolvidas pelo Município da Nazaré, nomeadamente com a colaboração dos seus técnicos, dirigentes e atletas;
 - J. Articular com o Município da Nazaré toda a decoração (interior e exterior) do Estádio do Viveiro "Jordan Santos", bem como os espaços publicitários, para efeitos de publicidade institucional.

Cláusula Quarta

1. À Nazaré Qualifica E. M. Unipessoal Lda. compete:
 - A. Para evitar que se coloquem veículos a obstruir a rampa de acesso à praia da Nazaré em frente à Av. Vieira Guimarães, à Nazaré Qualifica compete ceder gratuitamente, nos dias de realização dos jogos do 26º Nazaré Cup Beach:
 - a. 4 (quatro) lugares de estacionamento junto ao Estádio do Viveiro "Jordan Santos", para os veículos de segurança e emergência (ao fundo da Av. Vieira Guimarães, antes da passadeira);
 - b. 3 (três) lugares diários no Parque de Estacionamento Cândido dos Reis, todos os dias - 7, 8 e 9 de julho de 2023;
 - B. Ceder 1 (um) Técnico Superior, que fará a articulação com a organização do evento, em relação às responsabilidades



MUNICÍPIO DA NAZARÉ
Câmara Municipal



assumidas pelo Município da Nazaré e pela Nazaré Qualifica E. M. Unipessoal Lda., antes, durante e após o NCB.

Cláusula Quinta

Os outorgantes comprometem-se a prestar reciprocamente toda a colaboração que se revele necessária à boa e regular execução do presente protocolo.

Cláusula Sexta

O presente protocolo entra em vigor na data da sua assinatura e é válido até à concretização dos objetivos nele definidos.

Cláusula Sétima

Os casos omissos no presente Protocolo serão analisados pontualmente pelos outorgantes.

Este protocolo, constituído por 5 (cinco) páginas e 1 (um) Anexo V - Apoio às Atividades de Caráter Pontual - 26º Nazaré Cup Beach, é feito em três vias de igual teor, uma para cada um dos outorgantes, e vai ser assinado por todos, rubricando-se, ainda, cada uma das páginas.

O presente protocolo foi aprovado por despacho do Presidente da Câmara Municipal datado a 06.07.2023 e ratificado, por deliberação tomada em reunião da Câmara Municipal, no dia ____ .07.2023.

Nazaré, ____ de julho de 2023.

O Presidente da Câmara Municipal

Walter Manuel Cavaleiro Chicharro

O Presidente da Direção do Nazaré Dom Fias Andebol Clube

João Manuel Silvério Chicharro

O Vogal do Conselho de Gerência da Empresa Municipal Nazaré Qualifica

João Paulo Quinzico da Graça

Certidão N.º 15/2023

Helena Isabel Custódio Pisco Pola Piló, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal da Nazaré, certifica que o “**Estádio do Viveiro – Jordan Santos**”, localizado no Areal da Praia da Nazaré, é da propriedade do Município da Nazaré e, nessa conformidade, ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 2 do artigo 29.º; alínea a) do n.º 3 do artigo 30.º e alínea b) do n.º 1 do artigo 32.º, todos do Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro, na redação em vigor, será utilizado para a realização do 26.º Nazaré Cup Beach, nos próximos dias 7 a 9 de julho de 2023, numa organização da Associação **Nazaré Dom Fuas Andebol Clube**, com o apoio da Câmara Municipal - conforme protocolo aprovado com despacho de urgência, do Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, do dia 07.07.2023, e porque a autarquia é, concomitantemente, a entidade licenciadora dos mesmos, tal instalação desportiva não carece de licenças municipais para a prática desportiva que aí tem lugar, considerando-se concedidas a **Licença Especial de Ruído**, prevista no n.º 1 do artigo 15.º do Regulamento Geral do Ruído, publicado em Anexo ao Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, com as ulteriores alterações e a **licença de recinto improvisado**, consignada no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de setembro, na redação atual. -----

----- O “Plano de Contingência do Estádio do Viveiro” já se encontra aprovado pela Autoridade Local de Saúde. -----

----- Por ser verdade e me ser pedido, passo a presente certidão, que assino e autentico com a minha assinatura digital qualificada. -----

----- Município da Nazaré, 7 de julho de 2023. -----

Assinado por: **Helena Isabel Custódio Pisco Pola Piló**
 Num. de Identificação: 09907506
 Data: 2023.07.07 11:55:09+01'00'
 Certificado por: **Diário da República Eletrónico**
 Atributos certificados: **Chefe da Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal da Nazaré, Município da Nazaré**




Edi Milhazes <edi.milhazes@cm-nazare.pt>

Minuta do Protocolo de Colaboração e Documento com os Critérios de Atribuição de Subsídio para a 26ª Edição do Nazaré Cup Beach - 2023

Nazaré Dom Fuas Andebol Clube <domfuasac@gmail.com>
Para: Edi Milhazes <edi.milhazes@cm-nazare.pt>

5 de julho de 2023 às 23:49

Boa noite,

Vimos por este meio enviar um exemplar da apólice do Seguro de Responsabilidade Civil do evento.

Relativamente ao Comprovativo sobre o Cumprimento da Norma 003/2023, de 10/05/2023 - "Preparação e Resposta em Eventos de Massas" da Direção Geral da Saúde, informamos que não iremos ultrapassar o limite de 1000 adeptos nas bancadas, como tal vimos solicitar a não utilização desta norma pois iremos proceder à limitação de público a entrar no Estádio do Viveiro "Jordan Santos".
Teremos um responsável pela segurança que fará o controlo com contador manual, limitando o acesso ao Estádio.

Com os melhores cumprimentos,
Mário Rui Florência

Direção
Nazaré Dom Fuas Andebol Clube
Estrada Nacional nº242 Apartado 112
2450-901 Nazaré
Tel/Fax: 262 561 121 | **Telem:** 911 576 324
Sites: [Nazaré Dom Fuas AC](#) e [Nazaré Cup](#)
E-mail: domfuasac@gmail.com

Este e-mail poderá conter informação restrita ou confidencial.

Caso a receba por engano agradecemos que informe o Nazaré Dom Fuas Andebol Clube e proceda à eliminação da mesma, sem cópia ou revelação do seu conteúdo ou de ficheiros contidos na mesma a terceiros.

—

This e-mail may contain privileged or confidential information.

If you have received it by mistake please let us know and delete the message without copying or disclosing it to any other person.

 **PDXP_230704_PO20693693300000_POLIZA_000478.pdf**
208K



CÁLCULOS

CRITÉRIOS DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS A EVENTOS DESPORTIVOS

IDENTIFICAÇÃO DO EVENTO DESPORTIVO

DESIGNAÇÃO DO EVENTO DESPORTIVO	DATA		LOCAL	TIPO DE APOIO
26º Nazaré Cup Beach	INÍCIO	FIM	Nazaré	Financeiro e Logístico
	7/7/2023	9/7/2023		

DESPORTIVOS - MÁX. 50 %

TIPO MÁX. 10 %	LOCALIZAÇÃO MÁX. 10 %	POPULAÇÃO ALVO MÁX. 10 %		Nº DE ATLETAS PARTICIPANTES MÁX. 20 %	
		IDADE MÁX. 5 %	SEXO MÁX. 5 %	Tipo de Modalidade	Coletiva
Atividade Regular	Natureza	Entre os 18 e os 64 anos	Misto	Mais que 400 participantes	
4,0%	10,0%	4,0%	5,0%	20,0%	

TURISMO / ECONÓMICO - MÁX. 50 %

Nº DE DIAS DE PROVA MÁX. 12,5 %	ALOJAMENTO MÁX. 7,5 %	REFEIÇÕES MÁX. 5 %	ÂMBITO MÁX. 7,5 %	RETORNO MEDIÁTICO MÁX. 17,5 %
3 ou mais dias de prova	Sim	Sim	Internacional	Imprensa Local + Imprensa Regional + Imprensa Nacional + Imprensa Internacional
12,5%	7,5%	5,0%	7,5%	17,5%

BENEFICIAÇÕES - MÁX. 18 %

APOIO LOGÍSTICO MÁX. 2 %	Nº DE EVENTOS DE ÂMBITO NACIONAL MÁX. 2 %	SAZONALIDADE MÁX. 2 %	CARIZ SOCIAL MÁX. 10 %	ESTATUTO DE UTILIDADE PÚBLICA MÁX. 2 %
Sim	Menos do que 3	Mai / Jun / Jul / Ago / Set	Não	Não
0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

PENALIZAÇÕES - MÁX. 100 %

Mais de 60 dias antes do evento
0%

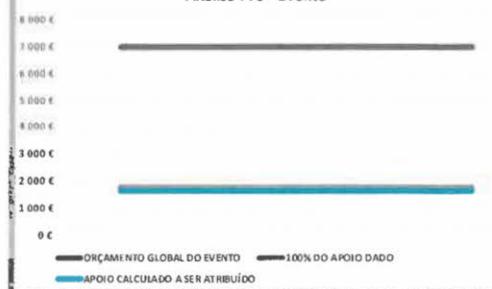
RESULTADO DA PERCENTAGEM DE APOIO TOTAL

93,0%

RELATÓRIO PRÉ - EVENTO

ORÇAMENTO GLOBAL DO EVENTO	7 000,00 €
25% DO ORÇAMENTO GLOBAL DO EVENTO	1 750,00 €
100% DO APOIO DADO	1 750,00 €
PERCENTAGEM DE APOIO CALCULADA	93,0%
PENALIZAÇÃO	0%
APOIO CALCULADO A SER ATRIBUÍDO	1 627,50 €

Análise Pré - Evento



Responsabilidade Civil

Condições Contratuais

Apólice Nº.
206936933

Allianz Portugal

Allianz

Responsabilidade Civil

LEIRIA 4 Julho 2023

NAZARÉ DOM FUAS ANDEBOL CLUBE

Caro(a) Cliente,

É com grande satisfação que verificamos que escolheu a Allianz como seu parceiro de seguros.

Nas páginas seguintes irá encontrar as Condições do Contrato de Seguro que celebrou. É muito importante que as leia atentamente. Nelas poderá comprovar todas as vantagens e serviços que criámos a pensar em si.

Nos termos legais, caso identifique a necessidade de alguma correção, esta deverá ser-nos comunicada por escrito, no prazo máximo de 30 dias.

Aproveitamos para, mais uma vez, agradecer a confiança que em nós depositou.

Atentamente

SOLARSEGURA CORRET SEGUROS LDA-NAZARE

Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.



Allianz 

ÍNDICE

Parte I	3
CONDIÇÕES PARTICULARES	
Capítulo I	
Dados identificativos	3
Capítulo II	
Condições Especiais	8
Parte II	16
CONDIÇÕES GERAIS.....	16
Definições	16
Declaração do risco, inicial e superveniente.....	17
Pagamento e alteração dos prémios	19
Início de efeitos, duração e vicissitudes do contrato	21
Prestação principal do segurador.....	22
Obrigações e direitos das partes.....	23
Disposições diversas	26

Parte I

CONDIÇÕES PARTICULARES

Capítulo I

Dados identificativos

Tomador do seguro NAZARÉ DOM FUAS ANDEBOL CLUBE
ZN. PAV. GIMNO DESPORTIVO NAZARE NAZARE
2450-182 NAZARÉ - NAZARE
NIF 507034597

Nº Apólice e duração Nº Apólice: 206936933
Em vigor desde as 00:00 horas de 08/07/2023 até às 24:00 horas de 09/07/2023.

Mediador SOLARSEGURA CORRET SEGUROS LDA-NAZARE 630 0017237
R MOUTINHO ALBUQUERQUE 158 r/c dto
2450 -240 NAZARÉ
Tel: 262601001
wagner.estrela@solarsegura.com

Segurado NAZARÉ DOM FUAS ANDEBOL CLUBE
ZN. PAV. GIMNO DESPORTIVO NAZARE NAZARE
2450-182 NAZARÉ - NAZARE
NIF 507034597

**Declarações
Prévias
Obrigatórias**

Ao conferir os dados e elementos constantes das presentes Condições Particulares, o Tomador do seguro Aderente e ou Pessoa Segura declaram expressamente e para os legais efeitos, previstos em cada um dos regimes seguintes:

1. Regime legal da validade das Declarações iniciais: Que garante ter declarado com exatidão todas as circunstâncias do seu conhecimento e relevantes para a apreciação do risco pela Allianz Portugal, independentemente de lhe terem sido questionadas; e declara nada ter omitido que possa induzir a Allianz Portugal em erro, na apreciação do risco proposto, ainda que a proposta resulte das declarações que transmitiu ao mediador e foram por este transcritas para os ecrãs de subscrição, aceitando que, em caso de incumprimento doloso deste compromisso, a Allianz Portugal, nos termos legais, invoque a anulação do contrato, com possibilidade de retenção dos prémios pagos; ou que, em caso de incumprimento negligente, possa optar entre propor uma alteração do contrato e do respetivo prémio, ou fazer cessar o contrato, demonstrando que em caso nenhum cobre os riscos relacionados com o risco omitido ou declarado inexatamente.
2. Regime legal do Pagamento dos prémios: Que reconhece que, nos termos do Regime Jurídico do Contrato de Seguro (aprovado pelo DL 72/2008, de 16/Abril), a cobertura dos riscos depende do prévio pagamento dos prémios; que a falta de pagamento do prémio ou fração, na data devida, impede a prorrogação do contrato e implica a resolução automática nessa mesma data; que a falta de pagamento de um prémio de montante variável ou de um prémio adicional resultante de uma modificação do contrato fundada num agravamento superveniente do risco, também implica a sua resolução automática; que o não pagamento, até à data do vencimento, de um prémio adicional resultante de uma modificação contratual, determina a ineficácia da alteração, subsistindo o contrato com o âmbito e nas condições que vigoravam antes da pretendida modificação, a menos que tal se revele impossível, caso em que se considera resolvido na data do vencimento do prémio não pago.
3. Informações prévias: Que lhe foram dadas a conhecer pela Allianz, e previamente à subscrição deste contrato, todas as informações legalmente obrigatórias, bem como outras que tenha entendido como necessárias para que se pudesse vincular.

A proteção da sua Privacidade é um compromisso e uma prioridade absoluta para a Allianz Portugal. Esta é uma nota de informação resumida relativa ao tratamento de Dados Pessoais abaixo : como o fazemos, que tipo de dados pessoais recolhemos e porquê e com que entidades os iremos partilhar. Aconselhamos a que leia atentamente a informação detalhada disponível em <https://www.allianz.pt/informacao-legal>.

INFORMAÇÃO BÁSICA SOBRE A PROTEÇÃO DE DADOS	
Responsável	Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.
Finalidade	A subscrição e execução de um contrato de seguro.
Licitude do tratamento	O tratamento dos dados é necessário para a pré-contratação e execução do contrato de seguro celebrado com o titular dos dados. No que se refere a dados pessoais relativos à saúde (Categoria especial de dados) o consentimento expresso obtido do titular legitima o tratamento.
Destinatários	A cedência dos dados poderá ocorrer, no âmbito da pré contratação e execução deste contrato, a prestadores de serviços, Autoridades e Entidades Públicas, bem como no cumprimento de quaisquer obrigações Legais e/ou Fiscais.
Direitos	O titular dos dados pode exercer os seus direitos de acesso, retificação, apagamento, limitação, portabilidade e oposição, conforme informação adicional.
Origem	Para além dos dados recolhidos junto do titular, podemos aceder, recolher ou confirmar dados pessoais em sites de Entidades Publicas ou privadas.
Informação adicional	Pode consultar informação adicional e detalhada sobre a Proteção de Dados no nosso website: https://www.allianz.pt/informacao-legal

O Titular dos dados facultou a seguinte informação:

- Dou o meu consentimento ao tratamento dos meus dados pessoais para fins de Marketing:
NÃO
- Dou o meu consentimento ao tratamento automatizado dos meus dados pessoais com vista à definição de perfis.
NÃO

Risco Seguro **Atividade:** Organização de Eventos
Identificação do objeto do seguro: Circuito Regional de Andebol de Praia - 26º Nazaré Cup Beach Localidade: Nazaré I: Estádio do Viveiro "Jordan Santos"

Valores Seguros, limites e franquias	Garantia	Limite por lesado	Limite por sinistro	Limite por período seguro
	Exploração		100.000	100.000
Proprietário de Imóvel		100.000	100.000	100.000

Garantia	Franquia fixa	% Franquia por sinistro	Franquia mínima	Franquia máxima
Exploração	-	10	350	-
Proprietário de Imóvel	-	10	350	-

Limite Máximo de Responsabilidade Garantido

1. Por lesado: 100.000
2. Por sinistro: 100.000
3. Por anuidade ou período da Apólice: 100.000

Outras Informações

Base de Calculo: Espectador e dia
Estimativa: 50 / 2

Prémio Prémio único da apólice: **33,60€**
(a este montante acresce o valor correspondente aos encargos e encargos legais)

Fracionamento de prémio: Única	Prémio	33,60€
	Encargos	0,00€
	Encargos Legais	3,02€
	Total recibo	36,62€

Linhas de Atendimento

A Allianz Portugal dispõe de um Centro de Contacto com Clientes, que funciona de 2ª a 6ª feira entre as 08:30 e as 19:00 horas.

Tem uma equipa vocacionada para o ajudar nas mais diversas situações:

- Informações sobre os seus seguros;
- Informações sobre os produtos Allianz;
- Apoio no preenchimento de formulários;
- Reclamações

Contacte-nos para:

Telefone: 213 108 300 (Custo chamada para rede fixa nacional)
(do estrangeiro) +351 213 108 300 (Custo chamada para rede fixa nacional)

e-mail: info@allianz.pt.

Também nos pode contactar por correio, para:

Rua Andrade Corvo, 32.1069-014 Lisboa
Portugal

Provedor do Cliente:

- Por Correio: Rua Andrade Corvo, 19, 1069 - 014 Lisboa;
- Por e-mail: provedordocliente@allianz.pt;
- Por Telefone: 213 133 318 (Custo chamada para rede fixa nacional).

Capítulo II

Condições Especiais

Cláusula 1.ª Âmbito da Cobertura

1. A seguradora garante as indemnizações por danos patrimoniais e não patrimoniais diretamente decorrentes de lesões corporais e/ou materiais que sejam causados a terceiros por actos ou omissões do segurado, representantes ou pessoas ao serviço e pelas quais o Segurado, seja civilmente responsável, de harmonia com o Capítulo I e II das Condições Particulares da apólice e com as Condições Gerais.

Este contrato tem por objecto a garantia da responsabilidade que ao abrigo da lei civil seja imputável ao Segurado na qualidade de organizador do evento ocorrido no local e nas datas indicadas na Parte I das das Condições Particulares da Apólice.

A Seguradora garante a Responsabilidade Civil pelos danos causados;

- a) Por quaisquer materiais, equipamentos, utensílios e decorações, interiores ou exteriores, incluindo tabuletas ou outros objectos de identificação ou publicidade, existentes nos estabelecimentos e/ou instalações do Segurado afectas à actividade segura;
- b) Em consequência de intoxicações alimentares provocadas por produtos fornecidos e/ou preparados pelo Segurado em locais afectos à exploração e sob responsabilidade directa do Segurado;
- c) Pelas operações de carga e descarga

das matérias e produtos inerentes à actividade segura;

- d) Pela montagem e desmontagem de palcos, tendas, tribunas, bancadas ou estruturas desmontáveis;
- e) Causados por incêndio ou explosão da responsabilidade do segurado ou pelas providências para combater os respectivos efeitos

Ficam igualmente garantidos, no âmbito da responsabilidade civil emergente do exercício da actividade do Segurado, os danos causados pela utilização de veículos, máquinas, aparelhos de elevação, empilhadores ou outros, não sujeitos ao Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil Automóvel, quando utilizados dentro ou fora da empresa.

Em relação aos veículos sujeitos ao Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil Automóvel fica garantida a responsabilidade civil decorrente das operações de laboração.

A garantia é válida desde a chegada do segurado ao local do evento, enquanto entidade organizadora do mesmo, até à saída do recinto de pessoas, bens e equipamentos.

2. Proprietário de Imóvel

Fica ainda garantida a Responsabilidade Civil na qualidade de proprietário ou locatário do imóvel ocupado pelo estabelecimento afecto à actividade segura e que sejam causados por:
- Instalações de água, electricidade,

esgotos, iluminação e climatização;
- Por queda de antenas de TSF ou TV por cabo ou satélite, propriedade do Tomador e instaladas no edifício;
- Queda de reclamos, toldos ou painéis instalados no imóvel;
- Elevadores, montacargas, escadas ou tapetes rolantes;
- Incêndio ou explosão, desde que da responsabilidade do segurado, ou pelas providências para combater os efeitos respectivos.

Garante-se também danos causados por trabalhos de reparação, manutenção, transformação ou ampliação do imóvel **cujo valor de obra não exceda os 15.000 Eur.**

Quando o imóvel de que o Segurado seja titular esteja arrendado garante-se os bens móveis do seu inquilino até ao máximo de 10% do limite anual contratado.

Ficam ainda garantidos, na qualidade de locatário/arrendatário do imóvel ocupado pelo segurado, os danos a bens do Senhorio (edifício), **até ao máximo de 10% do limite anual contratado.**

Quando em Propriedade horizontal garante os danos causados pelo imóvel do Segurado aos demais condóminos e partes comuns do edifício **até ao máximo de 20% do limite anual contratado.**

A garantia por danos com origem nas partes comuns do edifício ficará limitada, proporcionalmente, à percentagem ou permissão detida pelo Segurado nas partes comuns do edifício, de acordo com o respectivo título constitutivo da propriedade horizontal.

Cláusula 2.ª Exclusões

1. Ficam absolutamente excluídos das

- garantias deste contrato os danos:**
- a) **Decorrentes de actos ou omissões dolosas do Segurado ou de pessoas por quem este seja civilmente responsável ou das pessoas cuja responsabilidade seja garantida por esta Apólice, bem como os actos ou omissões que constituem violação dolosa de normas ou regulamentos e quaisquer multas ou coimas. Entende-se por acto doloso, todo o acto intencional praticado com o intuito de produzir dano ou com representação da possibilidade desse resultado;**
 - b) **Decorrentes de acidentes provocados por veículos que, nos termos da legislação em vigor, sejam obrigados a seguro;**
 - c) **Decorrentes, directa ou indirectamente, de explosão, libertação de calor ou radiação, provenientes de cisão ou fusão de átomos ou radioactividade e ainda os decorrentes da aceleração artificial de partículas, bem como os danos resultantes da acção de campos electromagnéticos;**
 - d) **Causados aos sócios, associados, administradores, gerentes, agentes e legais representantes da pessoa colectiva cuja responsabilidade se garanta;**
 - e) **Causados a quaisquer pessoas cuja responsabilidade esteja garantida por este contrato, bem como ao cônjuge casado ou à pessoa que viva em união de facto com o Segurado, ascendentes e descendentes, adoptados e tutelados, ou pessoas que com eles coabitem ou vivam a seu cargo;**
 - f) **Causados por quem acuse consumo de estupefacientes ou outras drogas ou produtos tóxicos fora de prescrição médica, ou por quem apre-**

- sente taxa de alcoolemia superior a 0.5 gramas de álcool por litro de sangue ou por quem se encontre em estado de demência;
- g) Decorrentes directa ou indirectamente de amianto/asbestos;
 - h) Decorrentes de guerra, invasão, lei marcial, revolução, rebelião, insurreição, motins, comoção civil, sabotagem, terrorismo, vandalismo, confiscação, requisição e destruição causada por ordem do governo ou quaisquer autoridades públicas ou locais, bem como assaltos, incêndio ou explosão decorrentes destes actos;
 - i) A título de responsabilidade criminal, contra-ordenacional ou disciplinar bem como quaisquer despesas em processo disciplinar, criminal ou contra-ordenacional;
 - j) Decorrentes de Responsabilidade Civil Decenal;
 - k) Resultantes de Responsabilidade de Administradores, directores, gerentes e membros dos órgãos de fiscalização da empresa segura por erros de gestão (D&O);
 - l) Decorrentes da utilização de produtos com implicações zooquímicas, nomeadamente, aditivos com características de toxidade potencial ou acção modificadora profunda sobre as estruturas orgânicas ou funcionais dos animais, aditivos de carácter medicamentoso ou para estimular a produção;
 - m) Directa ou indirectamente resultantes de BSE ou TSE (Encefalopatia Espongiforme) ou suas variantes;
 - n) Directa ou indirectamente resultantes de MTBE (Methyl Tertiary Butyl Ether);
 - o) Directa ou indirectamente resultantes dos seguintes poluentes orgânicos: aldrin, chlordan, DDT, Dioxin, Dieldrin, Endrin, Furan, Heptachlor, Hexachlorbenzen, Mirex, PCBs, Toxaphen.);
 - p) Danos genéticos ou enfermidades genéticas ou hereditárias;
 - q) Causados por organismos geneticamente modificados;
 - r) Decorrente de produtos ou processos relacionados com tabaco;
 - s) Resultantes de sílica ou de qualquer produto ou componente seu derivado.
 - t) Resultantes de quaisquer reclamações, perdas, custos e despesas que tenham origem, directa ou indirectamente, da existência, inalação ou exposição a qualquer fungo/fungos ou esporos;
 - u) Resultantes de quaisquer reclamações, perdas, custos e despesas que decorram directa ou indirectamente, de qualquer tipo de tinta à base de chumbo, quer seja resultante de exposição, contaminação, absorção, ingestão ou inalação.
 - v) Indemnizações fixadas a título de danos punitivos (punitive damages), danos de vingança (vindictive damages), danos exemplares (exemplary damages) e outras de características semelhantes.
2. Ficam excluídos das garantias deste contrato os danos:
- a) Causados pelas obras, trabalhos, prestação de serviços, produtos e suas embalagens produzidos e/ou armazenados e/ou fornecidos pelo Segurado, se as reclamações forem motivadas por erro, omissão ou vício oculto que se revelem somente após a recepção expressa ou tácita dos referidos bens, produtos ou serviços;
 - b) Decorrentes de reclamações baseadas numa responsabilidade do

- Segurado resultante de acordo ou contrato, na medida em que a mesma exceda a responsabilidade a que o Segurado estaria legalmente obrigado, na ausência de tal acordo ou contrato;
- c) Decorrentes de acidentes provocados por veículos que, não sendo sujeitos da obrigatoriedade de seguro, sejam contudo susceptíveis de se encontrar abrangidos pelas garantias da apólice de Responsabilidade Civil Automóvel;
 - d) Decorrentes de acidentes provocados por aeronaves;
 - e) Decorrentes de acidentes provocados por embarcações marítimas, lacustres ou fluviais;
 - f) Causados pelo uso ou armazenamento, utilização ou manuseamento de quaisquer substâncias explosivas;
 - g) Resultantes de exploração de quaisquer actividades alheias e/ou acessórias à actividade principal do Segurado;
 - h) Por incumprimento das disposições legais ou regulamentares para o exercício da actividade, nomeadamente a falta das licenças emitidas pelas autoridades competentes;
 - i) Causados aos artistas, desportistas, actores e outros executantes e participantes no evento, ou aos seus equipamentos assim como os danos que sejam da responsabilidade dos mesmos e/ou causados entre si;
 - j) Em consequência do cancelamento, adiamento, alteração ou não realização do evento;
 - k) Causados ao imóvel e instalações e respectivos recheios onde é realizado o evento;
 - l) Causados a quaisquer bens pertencentes ao Segurado ou a pessoas ao seu serviço ou por ele contratados e aos membros da organização;
 - m) Decorrentes de disparo ou queima de foguetes, fogo de artifício ou outros objectos pirotécnicos;
 - n) Resultantes de alergias alimentares, de predisposição patológica, ou quando a intoxicação alimentar não for clinicamente comprovada;
 - o) Resultantes de deficientes condições higieno-sanitárias na confecção, distribuição ou armazenamento, conservação, guarda ou consumo dos produtos alimentares;
 - p) Ocorridos quando não tenham sido respeitados pelo lesado os prazos e condições de armazenamento ou de consumo constantes de rotulagem, excepto se a intoxicação decorrer de defeito do próprio alimento não determinado pela inobservância das referidas condições ou prazos;
 - q) Perdas financeiras puras entendendo-se como tal as perdas económicas ou financeiras sem concorrência de danos materiais e/ou corporais, nomeadamente paralisação total ou parcial da actividade, causados a terceiros;
 - r) Por intervenção dos membros das forças policiais ou de segurança, vigilantes, porteiros ou membros de serviço de ordem do Segurado;
 - s) Ocorridos por ocasião de competições desportivas organizadas e tuteladas pela respectiva Federação ou Associação Distrital;
 - t) Causados a stands, tendas, expositores, palcos, tribunas, bancadas ou outras estruturas desmontáveis e respectivos conteúdos e, em geral, aos bens de terceiros em exposição do evento;
 - u) Causados à imagem ou à privacidade das pessoas.
 - v) Causados no decurso de qualquer

- evento de garraidos, vacados, toureio ou similar;
- w) Causados durante qualquer desfile de animais;
 - x) Decorrentes de doenças contagiosas, infecto-contagiosas e parasitárias transmitidas por animais;
 - y) Por deficiências estruturais das instalações, falta de sincronização ou iluminação de emergência, de equipamentos de segurança e, em geral, por inobservância das disposições legais ou regulamentares em vigor.
 - z) Que sejam da responsabilidade do público em geral.
 - aa) Reclamados ao abrigo de responsabilidades que nos termos legais ou regulamentares, deva ser objecto de seguro de responsabilidade civil obrigatórios, nomeadamente mas não exclusivamente os decorrentes de quaisquer provas desportivas de veículos terrestres a motor e respectivos treinos oficiais;
 - ab) Decorrentes de acidentes provocados por veículos que, nos termos da legislação em vigor, sejam obrigados a seguro, nomeadamente mas não exclusivamente os decorrentes de quaisquer provas desportivas de veículos terrestres a motor e respectivos treinos oficiais.
3. Ficam também excluídos os danos:
- a) Causados por incumprimento de normas legais ou regulamentares nomeadamente as inerentes à conservação e manutenção do edifício ou fracção;
 - b) Causados por incumprimentos de normas legais ou regulamentares em vigor, nomeadamente por falta de assistência técnica e de manutenção dos equipamentos;
 - c) Causados aos veículos e respectivos conteúdos, que se encontrem recolhidos em garagem do edifício;
- d) Causados pela utilização das máquinas, tais como elevadores, montacargas, escadas e tapetes rolantes, durante períodos em que estejam interditos por recomendação ou ordem dos serviços de inspecção e/ou manutenção;
 - e) Decorrentes de excesso de carga ou de lotação dos elevadores, montacargas, escadas e tapetes rolantes;
 - f) Decorrentes de actos ou omissões imputáveis aos utentes dos elevadores, montacargas, escadas e tapetes rolantes;
 - g) Decorrentes de imóveis situados fora de Portugal.
4. Não se encontra garantida pela presente apólice qualquer responsabilidade imputável e subempreiteiros ou subcontratados do Segurado.
5. O presente contrato não garante os danos provocados por alteração do meio ambiente, em particular os causados directa ou indirectamente por poluição ou contaminação do solo, das águas ou atmosfera, assim como todos aqueles que forem devidos à acção de fumos, vapores, vibrações, ruídos, cheiros, temperaturas, humidade, corrente eléctrica ou substâncias nocivas.
6. Não se encontram abrangidos pelas coberturas deste contrato os danos:
- a) Causados a quaisquer bens, veículos ou objetos de terceiros que estejam confiados ao Segurado para guarda, utilização, trabalho ou outro fim;
 - b) Decorrentes de Furto ou Roubo.
7. Não ficam incluídos no âmbito de coberturas deste contrato os danos resultantes de Responsabilidade Civil na qualidade de Entidade Empregadora (Responsabilidade Civil Patronal).

8. **Não se garante neste contrato a Responsabilidade Civil Cruzada, ou seja, os Segurados não são considerados terceiros entre si.**
9. Não se encontram abrangidos pelas coberturas deste contrato os danos causados a quaisquer bens ou objetos de Empregados.
10. **Neste contrato não se garante a Responsabilidade Civil Produtos e assim as indemnizações derivadas de danos ou prejuízos causadas por produtos depois da sua entrega quando o Segurado tenha perdido o poder de disposição sobre os mesmos.**
11. **Ficam excluídos da garantia deste contrato os danos ou prejuízos que ocorram ou se manifestem após entrega dos trabalhos ou serviços e/ou entrada em uso dos mesmos, qual dos factos ocorre primeiro.**
12. **Ficam excluídos os custos ocasionados a terceiros e clientes pela substituição de produtos defeituosos do Segurado incorporados ou montados noutros bens.**
13. **Ficam excluídos os sinistros resultantes de danos sofridos por bens fabricados mediante união, mescla ou integração com os produtos do Segurado.**
14. **Ficam excluídos os custos da retirada de produto do mercado.**
15. **Não se garante neste contrato os danos resultantes de Responsabilidade Civil Profissional.**

Cláusula 3.ª Sinistros e Indemnizações

Sinistros

Para efeitos do presente contrato qualquer ocorrência ou série de ocorrências directamente resultantes da mesma causa

ou condição serão consideradas como apenas um sinistro independentemente do número de lesados ou entidades que sofram danos corporais ou materiais. A data a considerar para efeitos de sinistro é a do dia correspondente ao da primeira ocorrência. Assim, a morte, a lesão ou qualquer dano corporal a várias pessoas com origem no mesmo produto ou componente igual, ainda que em vários produtos, considera-se como um só sinistro.

Indemnizações

A importância máxima, de responsabilidade do Segurado, pela qual responde este contrato é a correspondente ao limite máximo de Responsabilidade garantido por Anuidade ou Período da apólice, estabelecido no Capítulo I. Assim, a soma das indemnizações ou quaisquer outros custos accionados serão suportados pela AZP até esse limite, independentemente do número de lesados num sinistro.

Cláusula 4.ª Âmbito Geográfico

Portugal

As garantias da presente apólice apenas têm validade em relação a danos causados a terceiros em território português e abrangem, exclusivamente, as reclamações feitas em consequência de sinistros ocorridos durante o período de vigência do contrato e reclamados até 12 meses a partir da data de anulação da apólice, salvo se outra disposição constar expressamente das Condições Particulares.

Cláusula 5.ª Sanções Económicas

Esta apólice não proporciona qualquer cobertura ou benefício para qualquer

negócio ou atividade, se a cobertura, o benefício, o negócio subjacente, ou a atividade violarem qualquer lei ou regulamento de Sanções da ONU, da União Europeia ou qualquer outra lei ou regulamento que preveja Sanções Económicas ou Comerciais.

Cláusula 6.ª Eventos Cibernéticos Responsabilidade Civil

Esta apólice não cobre perdas, danos, despesas ou responsabilidades decorrentes de um evento cibernético

Definições:

Eventos Cibernéticos significam:

- qualquer processamento de dados não autorizado pelo segurado
- das leis e violação dos regulamentos relativos à manutenção ou proteção de Dados
- qualquer falha de segurança de rede na esfera do segurado

Os dados incluem, mas não se limitam a Dados Pessoais, fatos, conceitos e informações, software ou outras instruções codificadas de maneira formalizada, utilizável para comunicações, interpretação ou processamento.

Dados Pessoais significa qualquer informação relacionada a uma pessoa física identificada ou identificável; uma pessoa singular identificável é aquela que pode ser identificada, direta ou indiretamente, em particular por referência a um identificador como nome, número de identificação, dados de localização, identificador on-line ou a um ou mais fatores específicos de natureza física, fisiológica, identidade genética, mental, econômica, cultural ou social dessa pessoa natural.

Processamento significa qualquer operação ou conjunto de operações executadas em dados ou em conjuntos de dados, independentemente de serem automatizados, como coleta, registro, organização, estruturação, armazenamento, adaptação ou alteração, recuperação, consulta, uso, divulgação por transmissão, disseminação ou disponibilização, alinhamento ou combinação, restrição, apagamento ou destruição.

Dano aos dados significa qualquer perda, destruição ou corrupção dos dados. Qualquer dano aos dados de terceiros pelo segurado não é um evento cibernético se não houver nenhuma falha de segurança de rede envolvida.

Esfera do Segurado significa qualquer sistema ou dispositivo alugado, de propriedade, operado ou perdido por ou que é disponibilizado ou acessível ao Segurado com a finalidade de Processar Dados. Falha na segurança da rede significa qualquer falha não física e tecnológica da segurança do sistema de computador ou outras medidas de segurança tecnológica que levem a acesso não autorizado e / ou roubo de dados, perda do controle operacional dos dados, transmissão de vírus ou código malicioso e / ou negação de serviço .

Esta exclusão não se aplica a:

1. Lesões corporais e / ou pessoais e / ou danos materiais, incluindo perdas financeiras resultantes da operação do Segurado, operações concluídas ou produtos;
2. Poluição / Responsabilidade Ambiental
3. Retirada de Produtos
4. Responsabilidade Profissional / Erros e Omissões Profissionais

5. Outros tipos de Perdas Financeiras Puras

Precauções Razoáveis

Nenhuma cobertura é garantida em relação a qualquer falha do Segurado em tomar todas as razoáveis:

- a) precauções para impedir ou cessar qualquer atividade que possa dar origem a uma Responsabilidade;
- e
- b) para observar e cumprir todas as obrigações e requisitos legais ou estatutárias das autoridades locais

Ainda relacionados com o risco de Cyber, e eventos cibernéticos ficam igualmente excluídos:

Reclamações decorrentes do incumprimento doloso pelo segurado das mais elementares normas de segurança nem decorrentes de incumprimento de obrigações e requisitos legais;

Prejuízos resultantes da revelação de informação confidencial, concorrência desleal, publicidade enganosa, calúnia ou injúria;

Reclamações baseadas na violação da propriedade intelectual ou industrial em geral.

Nada neste documento substituirá qualquer outra cláusula de exclusão anexada ou que faça parte desta Política.

Parte II

CONDIÇÕES GERAIS

Artigo Preliminar

1. Entre a **Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.**, adiante designada por segurador, e o tomador do seguro mencionado nas Condições Particulares, estabelece-se um contrato de seguro que se regula pelas presentes Condições Gerais, e pelas Condições Particulares, e ainda, se contratadas, pelas Condições Especiais.
2. A individualização do presente contrato é efetuada nas Condições Particulares, com, entre outros, a identificação das partes e do respetivo domicílio, os dados do segurado, os dados do representante do segurador para efeito dos sinistros, e a determinação do prémio ou a fórmula do respetivo cálculo.
3. As Condições Especiais preveem a cobertura de outros riscos e ou garantias, além dos previstos nas presentes Condições Gerais e carecem de ser especificamente identificadas nas Condições Particulares.
4. Compõem ainda o presente contrato, além das Condições previstas nos números anteriores (e que constituem a Apólice), as mensagens publicitárias concretas e objetivas que contrariem cláusulas da Apólice, salvo se estas forem mais favoráveis ao tomador do seguro, ao segurado ou ao terceiro lesado.
5. Não se aplica o previsto no número anterior relativamente às mensagens publicitárias cujo fim de emissão te-

nhá ocorrido há mais de um ano em relação à celebração do contrato, ou quando as próprias mensagens fixem um período de vigência e o contrato tenha sido celebrado fora desse período.

6. A Allianz Portugal garante ao Tomador de Seguro, Segurado e demais partes contratantes que o presente Contrato obedece a todos os princípios, direitos e obrigações legais, decorrentes da legislação aplicável aos contratos de seguro, mesmo que tal não decorra expressamente do descrito neste Contrato de seguro.

CAPÍTULO I Definições

Artº 1º Definições

Para efeitos do presente contrato entende-se por:

- 1) **Apólice**, conjunto de Condições identificado no artigo anterior e na qual é formalizado o contrato de seguro celebrado;
- 2) **Segurador**, a entidade legalmente autorizada a exercer a atividade Seguradora, adiante designada, abreviadamente, por **Allianz Portugal**, e que subscreve, com o **Tomador de Seguro** o presente contrato;
- 3) **Tomador do seguro**, a pessoa ou entidade que contrata com o segurador, sendo responsável pelo pagamento do prémio;

- 4) **Segurado**, a pessoa ou entidade, identificada nas **Condições Particulares**, que pode coincidir ou não com o **Tomador de Seguro**, e que é titular do interesse seguro;
- 5) **Terceiro**, aquele que, em consequência de um sinistro coberto por este contrato, sofra um dano suscetível de, nos termos da lei civil e desta Apólice, ser reparado ou indemnizado;
- 6) **Sinistro**, a verificação total ou parcial do evento que desencadeia o acionamento da cobertura do risco prevista no contrato, considerando-se como um único sinistro o evento ou série de eventos resultantes de uma mesma causa;
- 7) **Lesão Corporal**: Ofensa que afete, não só a saúde física, como também a própria sanidade mental, provocando um dano;
- 8) **Lesão Material**: Ofensa que afete qualquer coisa móvel, imóvel, ou animal, provocando um dano;
- 9) **Dano Patrimonial**: Prejuízo que, sendo suscetível de avaliação pecuniária, deve ser reparado ou indemnizado;
- 10) **Dano Não Patrimonial**: Prejuízo que, não sendo suscetível de avaliação pecuniária, deve, no entanto, ser compensado através de uma obrigação pecuniária;
- 11) **Franquia**, valor da regularização do sinistro nos termos do contrato de seguro que não fica a cargo do segurador.
- 12) **Prémio**: Custo teórico médio das coberturas do contrato, acrescido de outros custos, nomeadamente de aquisição e de administração do contrato, bem como de gestão e de cobrança;
- 13) **Prémio Total**: Prémio bruto acrescido das cargas fiscais e parafiscais e que corresponde ao preço pago pelo To-

mador de Seguro à Allianz Portugal pela contratação do seguro.

CAPÍTULO II

Declaração do risco, inicial e superveniente

Artº 2º Dever de declaração inicial do risco

1. O tomador do seguro ou o segurado está obrigado, antes da celebração do contrato, a declarar com exatidão todas as circunstâncias que conheça e razoavelmente deva ter por significativas para a apreciação do risco pelo segurador.
2. O disposto no número anterior é igualmente aplicável a circunstâncias cuja menção não seja solicitada em questionário eventualmente fornecido pelo segurador para o efeito.
3. O segurador que tenha aceitado o contrato, salvo havendo dolo do tomador do seguro ou do segurado com o propósito de obter uma vantagem, não pode prevalecer-se:
 - a. Da omissão de resposta a pergunta do questionário;
 - b. De resposta imprecisa a questão formulada em termos demasiado genéricos;
 - c. De incoerência ou contradição evidente nas respostas ao questionário;
 - d. De facto que o seu representante, aquando da celebração do contrato, saiba ser inexato ou, tendo sido omitido, conheça;
 - e. De circunstâncias conhecidas do segurador, em especial quando

são públicas e notórias.

4. O segurador, antes da celebração do contrato, deve esclarecer o eventual tomador do seguro ou o segurado acerca do dever referido no n.º 1, bem como do regime do seu incumprimento, sob pena de incorrer em responsabilidade civil, nos termos gerais.

Artº 3º Incumprimento doloso do dever de declaração inicial do risco

1. Em caso de incumprimento doloso do dever referido no n.º 1 da cláusula anterior, o contrato é anulável mediante declaração enviada pelo segurador ao tomador do seguro.
2. Não tendo ocorrido sinistro, a declaração referida no número anterior deve ser enviada no prazo de três meses a contar do conhecimento daquele incumprimento.
3. O segurador não está obrigado a cobrir o sinistro que ocorra antes de ter tido conhecimento do incumprimento doloso referido no n.º 1 ou no decurso do prazo previsto no número anterior, seguindo-se o regime geral da anulabilidade.
4. O segurador tem direito ao prémio devido até ao final do prazo referido no n.º 2, salvo se tiver concorrido dolo ou negligência grosseira do segurador ou do seu representante.
5. Em caso de dolo do tomador do seguro ou do segurado com o propósito de obter uma vantagem, o prémio é devido até ao termo do contrato.

Artº 4º Incumprimento negligente do dever de declaração inicial do risco

1. Em caso de incumprimento com negligência do dever referido no n.º 1 do artigo 2º, o segurador pode, mediante declaração a enviar ao tomador do seguro, no prazo de três meses a contar do seu conhecimento:
 - a. Propor uma alteração do contrato, fixando um prazo, não inferior a 14 dias, para o envio da aceitação ou, caso a admita, da contraproposta;
 - b. Fazer cessar o contrato, demonstrando que, em caso algum, celebra contratos para a cobertura de riscos relacionados com o facto omitido ou declarado inexatamente.
2. O contrato cessa os seus efeitos 30 dias após o envio da declaração de cessação ou 20 dias após a receção pelo tomador do seguro da proposta de alteração, caso este nada responda ou a rejeite.
3. No caso referido no número anterior, o prémio é devolvido pro rata temporis atendendo à cobertura havida.
4. Se, antes da cessação ou da alteração do contrato, ocorrer um sinistro cuja verificação ou consequências tenham sido influenciadas por facto relativamente ao qual tenha havido omissões ou inexatidões negligentes:
 - a. O segurador cobre o sinistro na proporção da diferença entre o prémio pago e o prémio que seria devido, caso, aquando da celebração do contrato, tivesse

- conhecido o facto omitido ou declarado inexatamente;
- b. O segurador, demonstrando que, em caso algum, teria celebrado o contrato se tivesse conhecido o facto omitido ou declarado inexatamente, não cobre o sinistro e fica apenas vinculado à devolução do prémio.

Artº 5º Agravamento do risco

1. O tomador do seguro ou o segurado tem o dever de, durante a execução do contrato, no prazo de 14 dias a contar do conhecimento do facto, comunicar ao segurador todas as circunstâncias que agravem o risco, desde que estas, caso fossem conhecidas pelo segurador aquando da celebração do contrato, tivessem podido influir na decisão de contratar ou nas condições do contrato.
2. No prazo de 30 dias a contar do momento em que tenha conhecimento do agravamento do risco, o segurador pode:
 - a. Apresentar ao tomador do seguro proposta de modificação do contrato, que este deve aceitar ou recusar em igual prazo, findo o qual se entende aprovada a modificação proposta;
 - b. Resolver o contrato, demonstrando que, em caso algum, celebra contratos que cubram riscos com as características resultantes desse agravamento do risco.
3. O contrato prevê o prazo razoável de dilação da eficácia da declaração de resolução do contrato.

Artº 6º Sinistro e agravamento do risco

1. Se antes da cessação ou da alteração do contrato nos termos previstos na cláusula anterior ocorrer o sinistro cuja verificação ou consequência tenha sido influenciada pelo agravamento do risco, o segurador:
 - a. Cobre o risco, efetuando a prestação convencionada, se o agravamento tiver sido correta e tempestivamente comunicado antes do sinistro ou antes de decorrido o prazo previsto no n.º 1 artigo anterior;
 - b. Cobre parcialmente o risco, reduzindo-se a sua prestação na proporção entre o prémio efetivamente cobrado e aquele que seria devido em função das reais circunstâncias do risco, se o agravamento não tiver sido correta e tempestivamente comunicado antes do sinistro;
 - c. Pode recusar a cobertura em caso de comportamento doloso do tomador do seguro ou do segurado com o propósito de obter uma vantagem, mantendo direito aos prémios vencidos.
2. Na situação prevista nas alíneas a) e b) do número anterior, sendo o agravamento do risco resultante de facto do tomador do seguro ou do segurado, o segurador não está obrigado ao pagamento da prestação se demonstrar que, em caso algum, celebra contratos que cubram riscos com as características resultantes desse agravamento do risco.

CAPÍTULO III

Pagamento e alteração dos prémios

Artº 7º Vencimento dos prêmios

1. Salvo convenção em contrário, o prêmio inicial, ou a primeira fração deste, é devido na data da celebração do contrato.
2. As frações seguintes do prêmio inicial, o prêmio de anuidades subseqüentes e as sucessivas frações deste são devidos nas datas estabelecidas no contrato.
3. A parte do prêmio de montante variável relativa a acerto do valor e, quando seja o caso, a parte do prêmio correspondente a alterações ao contrato são devidas nas datas indicadas nos respectivos avisos.

Artº 8º Cobertura

A cobertura dos riscos depende do prévio pagamento do prêmio.

Artº 9º Aviso de pagamento dos prêmios

1. Na vigência do contrato, o segurador deve avisar por escrito o tomador do seguro do montante a pagar, assim como da forma e do lugar de pagamento, com uma antecedência mínima de 30 dias em relação à data em que se vence o prêmio, ou frações deste.
2. Do aviso devem constar, de modo legível, as consequências da falta de pagamento do prêmio ou de sua fração.
3. Nos contratos de seguro em que seja convencionado o pagamento do prêmio em frações de periodicidade igual ou inferior a três meses e em

cuja documentação contratual se indiquem as datas de vencimento das sucessivas frações do prêmio e os respectivos valores a pagar, bem como as consequências do seu não pagamento, o segurador pode optar por não enviar o aviso referido no n.º 1, cabendo-lhe, nesse caso, a prova da emissão, da aceitação e do envio ao tomador do seguro da documentação contratual referida neste número.

Artº 10º Falta de pagamento dos prêmios

1. **A falta de pagamento do prêmio inicial, ou da primeira fração deste, na data do vencimento, determina a resolução automática do contrato a partir da data da sua celebração.**
2. **A falta de pagamento do prêmio de anuidades subseqüentes, ou da primeira fração deste, na data do vencimento, impede a prorrogação do contrato.**
3. **A falta de pagamento determina a resolução automática do contrato na data do vencimento de:**
 - a. **Uma fração do prêmio no decurso de uma anuidade;**
 - b. **Um prêmio de acerto ou parte de um prêmio de montante variável;**
 - c. **Um prêmio adicional resultante de uma modificação do contrato fundada num agravamento superveniente do risco.**
4. **O não pagamento, até à data do vencimento, de um prêmio adicional resultante de uma modificação contratual determina a ineficácia da alteração, subsistindo o contrato com o âmbito e nas condições que**

vigoravam antes da pretendida modificação, a menos que a subsistência do contrato se revele impossível, caso em que se considera resolvido na data do vencimento do prémio não pago.

Artº 11º Ajustamento do Prémio

Não havendo alteração no risco, qualquer ajustamento ou alteração do prémio, aplicável ao contrato, apenas poderá efetuar-se no vencimento anual seguinte.

CAPÍTULO IV **Início de efeitos, duração e vicissitudes do contrato**

Artº 12º Início da cobertura e de efeitos

1. O dia e hora do início da cobertura dos riscos são indicados no contrato, atendendo ao previsto no artigo 8º.
2. O fixado no número anterior é igualmente aplicável ao início de efeitos do contrato, caso distinto do início da cobertura dos riscos.

Artº 13º Duração

1. O contrato indica a sua duração, podendo ser por um período certo e determinado (seguro temporário) ou por um ano prorrogável por novos períodos de um ano.
2. Os efeitos do contrato cessam às 24 horas do último dia do seu prazo.
3. A prorrogação prevista no n.º 1 não se efetua se qualquer das partes denunciar o contrato com 30 dias de antecedência mínima em relação à

data da prorrogação ou se o tomador do seguro não proceder ao pagamento do prémio.

Artº 14º Resolução do contrato

1. O contrato pode ser resolvido pelas partes a todo o tempo, havendo justa causa, mediante correio registado.
2. A Allianz Portugal pode invocar, a todo o momento, a ocorrência de uma sucessão de sinistros na anuidade, como causa determinante para a resolução do contrato, declarando-o por escrito e no prazo de 30 dias após o pagamento ou recusa de pagamento do sinistro. Presume-se que há sucessão de sinistros quando ocorram dois ou mais sinistros no decurso da anuidade.
3. O montante do prémio a devolver ao tomador do seguro em caso de cessação antecipada do contrato é calculado proporcionalmente ao período de tempo que decorreria da data da cessação da cobertura até ao vencimento do contrato, salvo previsão de cálculo diverso pelas partes em função de razão atendível, como seja a garantia de separação técnica entre a tarifação dos seguros anuais e a dos seguros temporários.
4. A resolução do contrato produz os seus efeitos às 24 horas do dia em que seja eficaz.
5. Sempre que o tomador do seguro não coincida com o segurado, o segurador deve avisar o segurado da resolução do contrato logo que possível, no máximo até 20 dias

após a não renovação ou a resolução.

6. O contrato prevê o prazo razoável de dilação da eficácia da declaração de resolução do contrato.

CAPÍTULO V

Prestação principal do segurador

Artº 15º Limites da prestação

1. A responsabilidade do segurador é sempre limitada à importância máxima fixada nas Condições Particulares da Apólice, seja qual for o número de pessoas lesadas por um sinistro.
2. Salvo convenção em contrário, estabelecida nas Condições Particulares:
 - a. Quando a indemnização atribuída aos lesados for igual ou exceder o capital seguro, o segurador não responde pelas despesas judiciais;
 - b. Quando a indemnização atribuída aos lesados for inferior, o segurador responde pela indemnização e pelas mesmas despesas até ao limite do capital seguro.
3. Quando a indemnização devida ao lesado consistir numa renda, o Segurador afetará à constituição da respetiva provisão matemática a parte disponível do limite de responsabilidade segura, de acordo com as bases técnicas utilizadas para o seguro de rendas vitalícias imediatas do ramo "Vida".

4. Após a ocorrência de um sinistro, o valor seguro ficará, no período de vigência desta apólice, automaticamente reduzido do montante correspondente às indemnizações pagas, assistindo ao Tomador de Seguro a faculdade de reconstituir o limite de responsabilidade seguro, pagando o prémio suplementar correspondente.

5. No ato de pagamento de qualquer prestação ao abrigo das garantias do contrato, o Segurador poderá proceder ao prévio desconto da franquia, bem como de quaisquer quantias que lhe forem devidas pelo Tomador de Seguro e relacionadas com o mesmo contrato, incluindo as frações de prémio que eventualmente faltarem para integral pagamento do prémio da anuidade em curso.

Artº 16º Franquia

Mediante convenção expressa e constante das Condições Particulares, pode ficar a cargo do tomador do seguro ou do segurado uma parte da indemnização devida a terceiros, a título de Franquia.

Artº 17º Insuficiência do capital

1. Se existirem vários lesados pelo mesmo sinistro com direito a indemnizações que, na sua globalidade, excedam o montante do capital seguro, os direitos dos lesados contra o segurador reduzem-se proporcionalmente até à concorrência daquele montante.
2. O segurador que, de boa-fé e por desconhecimento de outras pretensões, efetuar o pagamento de in-

demnizações de valor superior ao que resultar do disposto no número anterior, fica liberado para com os outros lesados pelo que exceder o capital seguro.

Artº 18º Pluralidade de seguros

1. Quando um mesmo risco relativo ao mesmo interesse e por idêntico período esteja seguro por vários seguradores o tomador do seguro ou o segurado deve informar dessa circunstância o segurador, logo que tome conhecimento da sua verificação, bem como aquando da participação do sinistro.
2. A omissão fraudulenta da informação referida no número anterior exonera o segurador da respetiva prestação.
3. O sinistro verificado no âmbito dos contratos referidos no n.º 1 é indemnizado por qualquer dos seguradores, à escolha do segurado, dentro dos limites da respetiva obrigação.
4. O previsto no n.º 2 não é oponível pelo segurador ao lesado.

CAPÍTULO VI

Obrigações e direitos das partes

Artº 19º Obrigações do tomador do seguro e do segurado

1. Em caso de sinistro coberto pelo presente contrato, o tomador do seguro ou o segurado obrigam-se:
 - a. **A comunicar tal facto, por escrito, ao segurador, no mais curto prazo de tempo possível, nunca**

superior a 8 dias a contar do dia da ocorrência ou do dia em que tenha conhecimento da mesma, explicitando as suas circunstâncias, causas eventuais e consequências;

- b. A tomar as medidas ao seu alcance no sentido de prevenir ou limitar as consequências do sinistro;
 - c. A prestar ao segurador as informações relevantes que este solicite relativas ao sinistro e às suas consequências;
 - d. A não prejudicar o direito de sub-rogação do segurador nos direitos do segurado contra o terceiro responsável pelo sinistro, decorrente da cobertura do sinistro por aquele.
 - e. Dar conhecimento aos lesados da existência do presente seguro, indicando-lhes o número da Apólice, e informá-los que deverão dirigir a sua reclamação de indemnização, por escrito, ao Segurador;
 - f. Dar pronto conhecimento ao Segurador de quaisquer citações ou notificações judiciais que receba, em consequência do sinistro;
 - g. Não remover ou alterar, nem consentir que sejam removidos ou alterados, quaisquer vestígios do sinistro, sem acordo prévio do Segurador;
 - h. Cumprir as prescrições de segurança que sejam impostas pela lei, regulamentos legais ou cláusulas deste contrato.
2. O incumprimento do previsto nas alíneas a) a c) do número anterior determina, salvo o previsto no número seguinte:

- a. A redução da prestação do segurador atendendo ao dano que o incumprimento lhe cause;
 - b. A perda da cobertura se for doloso e tiver determinado dano significativo para o segurador.
- 3. O disposto no número anterior não é oponível pelo segurador ao lesado.**
4. No caso do incumprimento do previsto na alínea a) do n.º 1, a sanção prevista no n.º 2 não é aplicável quando o segurador tiver conhecimento do sinistro por outro meio durante os 8 dias previstos nessa alínea, ou o obrigado prove que não poderia razoavelmente ter procedido à comunicação devida em momento anterior àquele em que o fez.
5. O incumprimento do previsto na alínea d) do n.º 1 determina a responsabilidade do incumpridor até ao limite da indemnização paga pelo segurador.
6. Sob pena de responderem por perdas e danos, o Segurado e/ou o Tomador de Seguro não poderão:
- a. Abonar extrajudicialmente a indemnização reclamada sem autorização escrita do Segurador, formular ofertas, tomar compromissos ou praticar algum ato tendente a reconhecer a responsabilidade do Segurador, a fixar a natureza e valor da indemnização ou que, de qualquer forma, estabeleça ou signifique a sua responsabilidade;
 - b. Dar conselhos e assistência, adiantar dinheiro, por conta, em nome ou sob a responsabilidade do Segurador, sem a sua expressa autorização;
 - c. Dar ocasião, por omissão ou negligência, a sentença favorável a terceiro;
 - d. Subtrair, sonegar, ocultar ou alienar os salvados;
 - e. Exagerar, usando de má fé, o montante dos prejuízos ou indicar coisas falsamente atingidas pelo sinistro;
 - f. Usar de fraude, simulação, falsidade, ou outros meios dolosos, bem como de documentos falsos, para justificar a sua reclamação.
- Artº 20º Obrigação de reembolso pelo segurador das despesas havidas com o afastamento e mitigação do sinistro**
1. O segurador paga ao tomador do seguro ou ao segurado as despesas efetuadas em cumprimento do dever fixado na alínea b) do n.º 1 da cláusula anterior, desde que razoáveis e proporcionadas, ainda que os meios empregados se revelem ineficazes.
 2. As despesas indicadas no número anterior devem ser pagas pelo segurador antecipadamente à data da regularização do sinistro, quando o tomador do seguro ou o segurado exija o reembolso, as circunstâncias o não impeçam e o sinistro esteja coberto pelo seguro.
 3. O valor devido pelo segurador nos termos do n.º 1 é deduzido ao montante do capital seguro disponível, salvo se corresponder a despesas efe-

tuadas em cumprimento de determinações concretas do segurador ou a sua cobertura autônoma resultar do contrato.

Artº 21º Defesa jurídica

1. O segurador pode intervir em qualquer processo judicial ou administrativo em que se discuta a obrigação de indenizar cujo risco seja objeto do contrato, suportando os custos daí decorrentes.
2. O segurado deve prestar ao segurador toda a informação que razoavelmente lhe seja exigida e abster-se de agravar a posição substantiva ou processual do segurador.
3. Quando o segurado e o lesado tiverem contratado um seguro com o mesmo segurador ou existindo qualquer outro conflito de interesses, o segurador deve dar a conhecer aos interessados tal circunstância.
4. No caso previsto no número anterior, o segurado, frustrada a resolução do litígio por acordo, pode confiar a sua defesa a quem entender, assumindo o segurador, salvo convenção em contrário, os custos daí decorrentes proporcionais à diferença entre o valor proposto pelo segurador e aquele que o segurado obtenha.
5. São inoponíveis ao segurador que não tenha dado o seu consentimento tanto o reconhecimento, por parte do segurado, do direito do lesado como o pagamento da indemnização que a este seja efetuado.

Artº 22º Obrigações do segurador

1. O segurador substitui o segurado na regularização amigável ou litigiosa de qualquer sinistro que, ao abrigo do presente contrato, ocorra durante o período de vigência do mesmo, suportando, até ao limite do capital seguro, as despesas, incluindo as judiciais, decorrentes da regularização, e sujeitando-se, para o efeito, à ação direta de terceiros lesados ou respetivos herdeiros.
2. As averiguações e peritagens necessárias ao reconhecimento do sinistro e à avaliação dos danos, devem ser efetuadas pelo segurador com a adequada prontidão e diligência, sob pena de responder por perdas e danos.
3. O segurador deve pagar a indemnização, ou autorizar a reparação do dano, logo que concluídas as investigações e peritagens necessárias ao reconhecimento da responsabilidade do segurado e à fixação do montante dos danos.
4. Decorridos 30 dias das conclusões previstas no número anterior sem que haja sido paga a indemnização ou autorizada a reparação do dano, por causa não justificada ou que seja imputável ao segurador, são devidos juros à taxa legal em vigor sobre, respetivamente, o montante daquela ou o preço médio a valores de mercado da reparação do dano.

Artº 23º Direito de regresso do segurador

1. Satisfeita a indemnização, o segurador tem direito de regresso, relativamente à quantia despendida, contra o tomador do seguro ou o

segurado, por:

- a. Atos ou omissões dolosas respetivas, ou de pessoas por quem o tomador do seguro ou o segurado seja civilmente responsável;
 - b. Incumprimento do previsto nas alíneas a) a c) do artigo 19º.
2. O previsto no número anterior é também aplicável contra o tomador do seguro ou o segurado que tenha lesado dolosamente o segurador após o sinistro.

Artº 24º Sub-rogação

O Segurador, uma vez paga a indemnização, fica sub-rogado até à concorrência da quantia indemnizada, em todos os direitos, ações e recursos do Segurado contra os terceiros responsáveis pelo sinistro, obrigando-se o Segurado a praticar o que necessário for para efetivar esses direitos.

CAPÍTULO VII

Disposições diversas

Artº 25º Intervenção de mediador de seguros

1. Nenhum mediador de seguros se presume autorizado a, em nome do segurador, celebrar ou extinguir contratos de seguro, a contrair ou alterar as obrigações deles emergentes ou a validar declarações adicionais, salvo o disposto nos números seguintes.
2. Pode celebrar contratos de seguro, contrair ou alterar as obrigações deles emergentes ou validar declarações adicionais, em nome do segurador, o mediador de seguros ao qual o segurador tenha conferido, por escrito, os

necessários poderes.

3. Não obstante a carência de poderes específicos para o efeito da parte do mediador de seguros, o seguro considera-se eficaz quando existam razões ponderosas, objetivamente apreciadas, tendo em conta as circunstâncias do caso, que justifiquem a confiança do tomador do seguro de boa-fé na legitimidade do mediador, desde que o segurador tenha igualmente contribuído para fundar a confiança do tomador do seguro.

Artº 26º Formação do Contrato e suas Alterações

1. Servem de base ao contrato as declarações prestadas pelo Tomador de Seguro e pelo Segurado, quando não coincidam na mesma pessoa, na Proposta de seguro.
2. O Contrato considera-se aceite, em condições normais, sempre que decorridos 14 dias após a receção da respetiva proposta de seguro, sem que a Allianz Portugal tenha notificado o Tomador de Seguro das condições específicas de aceitação, recusa, ou da necessidade de recolher elementos adicionais que considere essenciais à avaliação do risco;
3. Para efeitos do disposto na alínea anterior, têm-se como rececionadas pela Allianz Portugal, as propostas que, comprovadamente, tenham dado entrada na sua Sede Social ou numa das suas Delegações ou Escritórios Comerciais.

Artº 27º Comunicações e notificações entre as partes

1. As comunicações ou notificações do tomador do seguro ou do segurado

- previstas nesta Apólice consideram-se válidas e eficazes caso sejam efetuadas para a sede social do segurador ou da sucursal, consoante o caso.
2. São igualmente válidas e plenamente eficazes as comunicações ou notificações feitas, nos termos do número anterior, para o endereço do representante do segurador não estabelecido em Portugal, relativamente a sinistros abrangidos por esta Apólice.
 3. As comunicações previstas no presente contrato devem revestir forma escrita ou ser prestadas por outro meio de que fique registo duradouro.
 4. O segurador só está obrigado a enviar as comunicações previstas no presente contrato se o destinatário das mesmas estiver devidamente identificado no contrato, considerando-se validamente efetuadas se remetidas para o respetivo endereço constante da Apólice.

Artº 28º Outras disposições

À(s) cobertura(s) facultativa(s) subscrita(s) são aplicáveis todas as demais disposições previstas nas Condições Gerais, não alteradas pela(s) coberturas facultativas.

Artº 29º Lei aplicável, Interpretação, reclamações e arbitragem

1. A lei aplicável a este contrato é a lei

portuguesa.

2. Em caso de dúvida na interpretação de qualquer disposição da Apólice, prevalece o sentido mais favorável ao Tomador do Seguro e/ou ao Segurado.
3. Podem ser apresentadas reclamações no âmbito do presente contrato aos serviços do segurador identificados no contrato e, bem assim, à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (www.asf.com.pt).
4. Nos litígios surgidos ao abrigo deste contrato pode haver recurso à arbitragem, a efetuar nos termos da lei.

Artº 30º Sigilo e Proteção dos Dados Pessoais

A Allianz Portugal, através dos seus representantes, funcionários, agentes ou colaboradores, garante o rigoroso cumprimento da Lei de Proteção dos Dados Pessoais e guarda segredo de todas as informações de que tenha tomado conhecimento no âmbito da celebração ou da execução de um contrato de seguro, ainda que o contrato não se tenha celebrado, seja inválido ou tenha cessado.

Artº 31º Foro

O foro competente para dirimir os litígios emergentes deste contrato é o fixado na lei civil.

Elaborado em LEIRIA a 4 Julho 2023

Aceitamos o Contrato em todos os
seus termos e condições,
**Companhia de Seguros Allianz
Portugal, S.A.**

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'T B senty'.

O seu mediador de seguros na Allianz

Allianz 

SOLARSEGURA CORRET SEGUROS LDA-NAZARE
Mediador. 607158041/3

R MOUTINHO ALBUQUERQUE 158 r/c dto
2450 -240 NAZARÉ
Tel: 262601001

wagner.estrela@solarsegura.com



www.allianz.pt

Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.

Rua Andrade Corvo, 32

1069-014 Lisboa

email: info@allianz.pt

Capital Social € 39.545.400

NIPC 500 069 514

Município da Nazaré
CONTRIBUINTE N.º507012100
Avenida Vieira Guimarães, 54
2450-112-NAZARÉ

IMPRESSO	PAGINA
2023/07/07	1

REQUISIÇÃO EXTERNA DE DESPESA

SERV. REQUIS.	LOGIN	DATA	NUMERO	ANO
D100203	lara	2023/07/07	1088	2023

CONTRIBUINTE TERCEIRO CLASSE N.º COMP.

507034597	629	ODC	2023 / 1081
-----------	-----	-----	-------------

Nazaré Dom Fuas Andebol Clube
Pavilhão Gimnodesportivo
2 Nazaré
2450-138 NAZARÉ

AUTORIZAÇÃO	DESTINATÁRIO	LOCAL DE ENTREGA	PRAZO

CONTRACÇÃO DE DÍVIDA	NÚMERO DO CONTRATO	GESTOR DO CONTRATO	DESCRIÇÃO

DESCRIÇÃO DA DESPESA 26ª Nazaré Cup Beach

TIPO DE DESPESA		TAXA		IMPORTÂNCIAS			
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	IVA	DESCRIÇÃO	BASE	DESCONTOS	INCIDÊNCIA	IVA
0110	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVO		ISENTO ART. 9º - RECEITA	1.750,000		1.750,000	

EXTENSO MIL SETECENTOS E CINQUENTA EUROS
--

Documento n.º 2023 / 1088, Compromisso n.º 2023 / 1081, efetuado com base no(s) cabimento(s): 2023/1010

TOTAIS	
TOTAL ILÍQUIDO.....	1.750,00
TOTAL DE DESCONTOS ..	
TOTAL DE IVA	
TOTAL LÍQUIDO.....	1.750,00

SERVIÇO EMISSOR

COMPROMISSO EFETUADO EM 2023/07/07

(ORIGINAL)

PROCESSADO POR COMPUTADOR